



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1

EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Programa de Incentivo de Fomento à Produção

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Órgão: MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS

Processo Administrativo: 1214/2026 | UASG 987541

INEXIGIBILIDADE Nº 029/2026

Objeto: Pré-qualificação de pessoas jurídicas interessadas em participar do Programa de Incentivo de Fomento à Produção no Município de Dois Vizinhos, para posterior alienação de imóveis públicos como incentivo à geração de emprego, renda e inovação.

Modalidade da contratação: Pré-qualificação

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 78, II e caput do Art. 80

Tipo: Edital de Chamamento Público

Modo de disputa: Não se aplica

Data de início de recebimento de propostas: 20/5/2026

Data de final de recebimento de propostas: 22/6/2026 00:00 (horário de Brasília)



EDITAL Nº 002/2026
PRÉ-QUALIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1214/2026

1. DO PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento auxiliar de PRÉ-QUALIFICAÇÃO de pessoas jurídicas interessadas em participar do Programa de Incentivo de Fomento à Produção, instituído pela Lei Municipal nº 2.562/2021 e posteriores alterações, visando à seleção prévia de empresas aptas a participar de futura licitação para alienação de imóveis públicos, destinada ao fomento da instalação ou ampliação de empreendimentos produtivos no Município.

1.2. A pré-qualificação constitui etapa anterior à licitação, destinada a identificar pessoas jurídicas que reúnam condições jurídicas, fiscais, econômico-financeiras, técnicas, operacionais, urbanísticas e ambientais mínimas para participar de certame posterior de alienação de bens imóveis públicos, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, a legislação municipal de fomento e as condições deste edital.

1.3. A futura licitação, a ser realizada por edital próprio, será restrita às empresas pré-qualificadas para cada item/lote, observadas as condições constantes deste edital, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar, da legislação municipal e demais normas aplicáveis.

1.4. Os trabalhos serão conduzidos pelo agente de contratação Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima, designado(a) pela Portaria nº 019/2026, com apoio técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e análise pelo Conselho de Fomento à Produção de Dois Vizinhos, quando cabível.

1.5. O edital, seus anexos e eventuais esclarecimentos ficarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico oficial do Município de Dois Vizinhos, no Diário Oficial do Município e nos demais meios de divulgação oficial indicados pela Administração.

2. DO OBJETO DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

2.1. Constitui objeto deste edital a pré-qualificação de pessoas jurídicas interessadas em participar do Programa de Incentivo de Fomento à Produção no Município de Dois Vizinhos, para posterior alienação de imóveis públicos, como incentivo econômico voltado à implantação ou ampliação de empreendimentos nos setores da indústria, comércio e prestação de serviços, com prioridade à geração de empregos, renda e inovação.



2.2. A pré-qualificação não implica promessa de alienação, contratação, posse, uso ou transferência de propriedade de qualquer imóvel público, nem gera direito subjetivo à participação automática em todos os itens/lotas, ficando a futura licitação condicionada à conveniência e oportunidade administrativa, à disponibilidade dos imóveis, à autorização legal, à publicação de edital próprio e ao atendimento das condições específicas de cada item/lote.

2.3. Cada interessada deverá indicar, no requerimento, o(s) item(ns)/lote(s) de seu interesse, bem como demonstrar compatibilidade entre o ramo de atividade pretendido, o projeto de implantação ou expansão e a destinação urbanística, ambiental e econômica do imóvel pretendido.

3. DA REGÊNCIA LEGAL

3.1. O presente procedimento observará, no que couber, a Constituição Federal, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, planejamento, julgamento objetivo e desenvolvimento nacional sustentável; a Lei Federal nº 14.133/2021; a Lei Complementar Federal nº 101/2000; a Lei Complementar Federal nº 123/2006; a Lei Federal nº 13.709/2018; a Lei Municipal nº 2.562/2021 e posteriores alterações; a Lei Municipal nº 2.570/2021; o Decreto Municipal nº 23052/2026; a Lei Orgânica Municipal e demais normas municipais aplicáveis.

3.2. Também integram a regência deste procedimento o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, o cronograma físico-financeiro de implantação e os demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 1214/2026.

3.3. Em caso de divergência entre os documentos de planejamento e a legislação vigente, prevalecerá a legislação, devendo eventual ajuste ser promovido por meio de retificação, parecer jurídico, decisão motivada ou atualização normativa, conforme o caso.

4. DOS IMÓVEIS DISPONIBILIZADOS PARA A FUTURA ALIENAÇÃO

4.1. A pré-qualificação abrangerá os imóveis abaixo relacionados, sem prejuízo de eventual retificação, exclusão, inclusão, suspensão ou desmembramento de itens, mediante ato motivado da Administração:

Item	Descrição do imóvel	Valor de avaliação	Valor mínimo de referência
1	Lote de terras urbano n. 8-B, quadra n. 3-A, Loteamento Vila Rural Verdes Campos "A", Dois Vizinhos/PR, área de 2.256,00m², Matrícula nº 57.306.	R\$ 252.533,33	R\$ 126.266,67
2	Lote de terras urbano n. 10-A, quadra n. 12, Loteamento Morada Nova, Dois Vizinhos/PR, área de 2.312,35m², Matrícula nº 62.837.	R\$ 710.466,66	R\$ 355.233,33
3	Lote de terras urbano n. 10-B, quadra n. 12, Loteamento Morada Nova, Dois Vizinhos/PR, área de 2.445,45m², Matrícula nº 62.838.	R\$ 742.211,66	R\$ 371.105,83



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

4

Item	Descrição do imóvel	Valor de avaliação	Valor mínimo de referência
4	Lote de terras urbano n.º 05, Quadra n.º 03, Loteamento Residencial Cappellesso, Dois Vizinhos/PR, área de 400,74m², Matrícula n.º 44.292.	R\$ 126.833,33	R\$ 63.416,67
5	Lote de terras urbano n.º 06, Quadra n.º 9, Loteamento Cristo Rei, Dois Vizinhos/PR, área de 332,89m², Matrícula n.º 54.846.	R\$ 68.826,00	R\$ 34.413,00
6	Lote de terras rural n.º 07, Quadra n.º 3-A, Loteamento Vila Rural Verdes Campos, Dois Vizinhos/PR, área de 2.100,00m², Matrícula n.º 55.072.	R\$ 234.500,00	R\$ 117.250,00
7	Lote de terras urbano n.º 79, Gleba n.º 23-DV, Núcleo Dois Vizinhos, Colônia Missões, Dois Vizinhos/PR, área de 2.129,94m², Matrícula n.º 61.412.	R\$ 775.243,23	R\$ 387.621,62
8	Lote de terras urbano n.º 06, Quadra n.º 01, Loteamento Industrial Ângelo Vitto, Dois Vizinhos/PR, área de 1.321,06m², Matrícula n.º 36.084.	R\$ 217.369,60	R\$ 108.684,80
9	Lote de terras urbano n.º 02, Quadra n.º 01, Loteamento Industrial Brustolin, Dois Vizinhos/PR, área de 2.000,00m², Matrícula n.º 61.460.	R\$ 721.666,66	R\$ 360.833,33

4.2. Os valores mínimos de referência indicados correspondem aos valores constantes dos documentos de planejamento, considerando o incentivo de 50% previsto na Lei Municipal nº 2.562/2021. O valor mínimo e as condições finais de disputa deverão ser confirmados pela Secretaria competente e constar do edital do leilão posterior.

4.3. Os imóveis serão alienados no estado físico, jurídico, registral, ambiental, urbanístico e de conservação em que se encontrarem, cabendo às interessadas realizar as diligências necessárias antes de formular requerimento e antes de participar do certame posterior.

5. DA VIGÊNCIA DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

5.1. A pré-qualificação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação do resultado definitivo no PNCP, podendo ser atualizada, suspensa, revogada ou anulada na forma da legislação aplicável.

5.2. Durante a vigência da pré-qualificação, a Administração poderá realizar uma ou mais licitações posteriores, por item/lote, restritas às pessoas jurídicas pré-qualificadas para o respectivo imóvel, desde que mantidas as condições de habilitação e de qualificação exigidas neste edital.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar pessoas jurídicas legalmente constituídas, devidamente inscritas no CNPJ, com atividade econômica compatível com o Programa de Incentivo de Fomento à Produção e com o uso urbanístico do imóvel pretendido, que tenham interesse em instalar novo empreendimento ou ampliar empreendimento existente no Município de Dois Vizinhos.



6.2. A participação deverá observar a compatibilidade entre o CNAE/atividade declarada, o projeto de implantação ou ampliação, a legislação de zoneamento, o licenciamento ambiental e as demais exigências da Lei Municipal nº 2.562/2021 e posteriores alterações.

6.3. As interessadas arcarão integralmente com os custos de elaboração, protocolo e complementação de sua documentação, não cabendo indenização, reembolso ou ressarcimento em razão da participação no procedimento.

6.4. A participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais observará a legislação aplicável e as exigências de capacidade econômica, operacional e de cumprimento das contrapartidas assumidas, especialmente geração de empregos, implantação do empreendimento e regularidade fiscal, trabalhista, ambiental e urbanística.

7. DOS IMPEDIMENTOS

7.1. Não poderão participar deste procedimento, direta ou indiretamente:

I – pessoas jurídicas que tenham em seu quadro societário agentes políticos, servidores públicos municipais, dirigentes da Administração direta ou indireta, bem como seus cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou parentes e afins até o terceiro grau, quando a restrição decorrer da legislação municipal aplicável;

II – pessoas jurídicas, seus sócios, administradores ou empresas do mesmo grupo econômico que já tenham descumprido obrigações em programas municipais de alienação, doação, cessão, concessão ou autorização de uso de imóveis públicos, inclusive quando houver processo administrativo em andamento, a critério motivado da Administração;

III – pessoas jurídicas declaradas inidôneas, impedidas ou suspensas de licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV – pessoas jurídicas em falência, dissolução ou liquidação, ressalvadas aquelas em recuperação judicial ou extrajudicial que comprovem, por certidão judicial competente, aptidão econômica e financeira para participar do procedimento;

V – pessoas jurídicas que apresentem documentação inidônea, falsa, incompleta ou incompatível com o empreendimento proposto;

VI – pessoas jurídicas reunidas em consórcio, salvo se houver autorização expressa e justificada no edital do leilão posterior.

8. DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

8.1. As interessadas deverão apresentar requerimento de pré-qualificação e documentos de habilitação no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação deste edital, deverão estar previamente cadastrados no Sicaf e encaminharão o requerimento, exclusivamente por meio eletrônico via protocolo: <https://doisvizinhos.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5>. Devendo ser protocolados na opção LICITAÇÃO, como Credenciamento em Chamamento Público.



8.2. O requerimento deverá indicar expressamente o(s) item(ns)/lote(s) de interesse, o tipo de incentivo pretendido, a atividade econômica a ser desenvolvida, a estimativa de investimento, a estimativa de empregos diretos e indiretos, o cronograma físico-financeiro de implantação e as contrapartidas socioeconômicas previstas.

8.3. A apresentação de documentos fora do prazo, por meio inadequado ou sem indicação do item/lote de interesse poderá ensejar o não conhecimento do pedido, salvo hipótese de diligência ou saneamento admitida pela Administração, desde que preservados a isonomia, a publicidade e a motivação do ato.

8.4. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico poderá solicitar informações e documentos complementares indispensáveis à avaliação do empreendimento, fixando prazo razoável para atendimento.

9. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

9.1. Para fins de pré-qualificação, a interessada deverá apresentar, no mínimo, os documentos de acordo com o disposto no Termo de Referência, anexo a esse edital.

9.2. No caso de instalação de novo empreendimento no Município, poderão ser dispensados, nesta fase, os documentos que dependam da futura instalação ou emissão posterior, desde que a interessada assuma compromisso formal de apresentá-los imediatamente após a sua obtenção e antes do início da operação, quando exigível.

9.3. Não serão aceitos documentos com CNPJ divergente, salvo hipóteses legalmente admitidas, como centralização de recolhimento ou documentos pertinentes a matriz e filial, devidamente comprovadas.

10. DA COMPATIBILIDADE URBANÍSTICA, AMBIENTAL E TERRITORIAL

10.1. A habilitação da interessada para determinado item/lote ficará condicionada à compatibilidade do ramo de atividade declarado com a destinação urbanística da área, nos termos da Lei Municipal nº 2.570/2021 de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, do Plano Diretor, da legislação ambiental e das demais normas municipais, estaduais e federais aplicáveis.

10.2. Compete à interessada verificar previamente a viabilidade de localização, eventuais restrições de zoneamento, exigências de licenciamento ambiental, limitações de uso, recuos, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, exigências sanitárias, medidas mitigadoras e demais condicionantes que possam incidir sobre o empreendimento.

10.3. A impossibilidade de emissão de alvará, licença, autorização ou anuência por incompatibilidade do empreendimento com a legislação aplicável não gerará direito a indenização, ressarcimento, revisão de preço, alteração de item/lote ou manutenção da posse do imóvel, sem prejuízo das consequências previstas no contrato e na legislação municipal.



11. DA ANÁLISE E DO JULGAMENTO DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

11.1. Recebidos os documentos, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico realizará análise preliminar de conformidade documental e poderá encaminhar o processo ao Conselho de Fomento à Produção de Dois Vizinhos para emissão de parecer técnico.

11.2. O Conselho de Fomento à Produção avaliará, a aderência do empreendimento às finalidades do Programa de Fomento à Produção, conforme critérios estabelecidos no Termo de Referência.

11.3. A pré-qualificação terá natureza habilitatória e classificatória apenas para fins de organização da etapa posterior, não substituindo o critério de julgamento do leilão, que será definido em edital próprio e, conforme documentos de planejamento, terá como critério a maior oferta, com modo de disputa aberto.

11.4. A interessada será considerada pré-qualificada para o item/lote quando demonstrar atendimento às exigências documentais, compatibilidade do empreendimento com o imóvel pretendido e parecer favorável da instância técnica competente, quando exigido.

11.5. A Administração poderá realizar diligências para esclarecer, complementar ou confirmar informações, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, salvo saneamento de falhas formais e hipóteses admitidas pela legislação.

12. DA MATRIZ TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

12.1. O processo será composto por 4 fases sucessivas, a saber:

12.1.1. 1ª fase - ANÁLISE E APROVAÇÃO OU DESAPROVAÇÃO PELO CONSELHO DE FOMENTO À PRODUÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS;

12.1.2. 2ª fase - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO PERMANENTE DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO TÉCNICA DO PROGRAMA DE INCENTIVO DE FOMENTO À PRODUÇÃO, nomeada pela Portaria Municipal nº 053/2026;

12.1.3. 3ª fase: HABILITAÇÃO DAS PROPOSTAS, REALIZADA PELO AGENTE DE CONTRATAÇÕES, DEVIDAMENTE DESIGNADO POR PORTARIA DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES;

12.1.4. 4ª fase e última fase: LEILÃO COM AS EMPRESAS PREVIAMENTE PRÉ-QUALIFICADAS.

13. DO RESULTADO, DA PUBLICIDADE E DOS RECURSOS

13.1. Concluída a análise, será publicada relação preliminar das empresas pré-qualificadas e não pré-qualificadas por item/lote, com indicação sintética dos fundamentos do resultado.



13.2. Da decisão caberá recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação do resultado preliminar, dirigido à autoridade que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso à autoridade superior.

13.3. Julgados os recursos, será publicado o resultado definitivo da pré-qualificação, com identificação das pessoas jurídicas aptas a participar da futura licitação para cada item/lote.

13.4. A Administração poderá, a qualquer tempo, desqualificar pessoa jurídica que deixe de atender às condições exigidas, apresente informação falsa, tenha fato superveniente impeditivo, perca regularidade essencial ou descumpra determinação de diligência indispensável à avaliação do empreendimento.

14. DA FUTURA LICITAÇÃO PARA ALIENAÇÃO

14.1. Finalizada a pré-qualificação, o Município poderá instaurar licitação posterior para alienação dos imóveis, por item/lote, restrita às empresas pré-qualificadas para o respectivo item/lote.

14.2. Conforme documentos de planejamento, a futura licitação será realizada, preferencialmente, na modalidade leilão presencial, pelo critério de maior lance ou maior oferta, com modo de disputa aberto, observada a legislação vigente, o edital próprio e eventual orientação jurídica da Procuradoria Municipal.

14.3. Em caso de empate na maior oferta, poderá ser considerada vencedora a licitante que oferecer a forma de pagamento mais vantajosa ao Município, observadas as regras da Lei Municipal nº 2.562/2021 e do edital de leilão.

14.4. A habilitação na pré-qualificação não dispensa a manutenção das condições de regularidade e a apresentação de documentos atualizados na data da licitação posterior, quando exigido.

15. DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DA FUTURA ALIENAÇÃO

15.1. O valor mínimo de referência de cada imóvel será aquele definido nos documentos de avaliação e planejamento, observada a aplicação do incentivo de 50% previsto na legislação municipal, sem prejuízo de revisão ou atualização antes da publicação do edital de leilão.

15.2. A licitante vencedora do certame posterior poderá efetuar o pagamento, conforme a Lei Municipal nº 2.562/2021 e as regras do edital de leilão, nas seguintes modalidades:

I – à vista, em parcela única, com desconto de 5% (cinco por cento) do valor total, quando admitido no edital;

II – parceladamente, em até 48 (quarenta e oito) parcelas, com carência de até 6 (seis) meses para início do pagamento, contados do início da operação da empresa no local, quando admitido no edital.



15.3. Na hipótese de pagamento parcelado, as parcelas serão corrigidas pela Unidade Fiscal do Município – UFM, apurada anualmente, ou outro índice legal que venha a substituí-la.

15.4. No caso de atraso no pagamento das parcelas, incidirão juros de 1% (um por cento) e multa moratória de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da parcela, sem prejuízo de atualização monetária, inscrição em dívida ativa, execução fiscal, rescisão e reversão do imóvel, quando cabível.

16. DAS OBRIGAÇÕES POSTERIORES DA ARREMATANTE

16.1. A pessoa jurídica vencedora da futura licitação deverá formalizar contrato de compra e venda com encargos e assumir, expressamente, as obrigações previstas na Lei Municipal nº 2.562/2021, no edital, no contrato e na proposta apresentada.

16.2. Serão obrigações mínimas da adquirente:

I – protocolar o projeto para aprovação da edificação no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato;

II – obter aprovação do projeto arquitetônico e dos projetos complementares perante todos os órgãos competentes no prazo de 3 (três) meses, contados da assinatura do contrato;

III – concluir a construção no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do contrato;

IV – entrar em operação no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do término do prazo previsto para conclusão da construção;

V – manter o empreendimento em funcionamento e cumprir as contrapartidas assumidas pelo prazo mínimo previsto na legislação municipal e no contrato, especialmente geração de empregos, uso de mão de obra local, recolhimento tributário e manutenção da finalidade produtiva;

VI – apresentar semestralmente, quando solicitado, documentos comprobatórios de regularidade previdenciária, trabalhista, FGTS, tributos municipais, eSocial/CAGED ou documentos equivalentes;

VII – observar integralmente a legislação ambiental, urbanística, sanitária, trabalhista, previdenciária, tributária e de segurança aplicável à atividade desenvolvida;

VIII – não alienar, ceder, locar, sublocar, arrendar, transferir, dar em comodato ou permitir o uso do imóvel por terceiros durante o período de obrigações, salvo autorização expressa do Município e desde que preservada a finalidade pública do incentivo.

17. DA POSSE, ESCRITURA, VEDAÇÕES E REVERSÃO

17.1. A transmissão da posse do imóvel alienado ocorrerá com a assinatura do contrato de compra e venda com encargos, observadas as condições de pagamento e demais exigências do edital de leilão e do contrato.



17.2. A escritura pública definitiva de compra e venda somente será outorgada após o cumprimento das obrigações assumidas e a comprovação do funcionamento do empreendimento pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, salvo hipótese excepcional de oferecimento do imóvel como garantia fiduciária junto a bancos oficiais para financiamento da implantação das atividades, caso em que permanecerão válidas todas as obrigações legais e contratuais.

17.3. O descumprimento das obrigações legais, editalícias, contratuais ou da proposta apresentada poderá ensejar cessação dos incentivos, rescisão contratual, multa, inscrição em dívida ativa, execução fiscal e reversão do imóvel ao patrimônio municipal, sem direito à indenização por benfeitorias, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação.

18. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

18.1. A fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes da pré-qualificação, do futuro leilão e do contrato será exercida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, pelo Conselho de Fomento à Produção de Dois Vizinhos e pelos gestores e fiscais designados no processo.

18.2. Nos termos do Estudo Técnico Preliminar, ficam indicados, para a fase contratual, sem prejuízo de designação formal posterior: Gestora: Cátia Bonin; Fiscal Administrativo: Bianca Cristina Schreiber; Fiscal de Recebimento/Execução: Geisekele Leão; Suplente: Olisses Bueno.

18.3. A fiscalização poderá realizar vistorias, solicitar documentos, certidões, comprovantes de contratação, comprovantes de recolhimento tributário, relatórios de operação, registros fotográficos, licenças, alvarás e demais elementos necessários à aferição do cumprimento das obrigações.

19. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19.1. O Município realizará o tratamento dos dados pessoais fornecidos pelas interessadas e por seus representantes legais para cumprimento de obrigação legal, execução do procedimento, controle interno e externo, transparência, publicação de atos administrativos, instrução do processo e fiscalização contratual, observada a Lei Federal nº 13.709/2018.

19.2. As interessadas declaram ciência de que os dados necessários ao processo poderão ser compartilhados com órgãos de controle, órgãos públicos, plataformas oficiais de publicação, PNCP, Diário Oficial e demais meios legalmente exigidos.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A apresentação do requerimento implica aceitação integral das condições deste edital, de seus anexos, da legislação municipal de fomento, da legislação de licitações e das demais normas aplicáveis.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1

20.2. A Administração poderá revogar o procedimento por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, anulá-lo por ilegalidade, suspender sua tramitação, retificar o edital ou excluir itens, mediante decisão motivada.

20.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, com apoio da Procuradoria Jurídica, do Controle Interno, do Conselho de Fomento à Produção e demais órgãos competentes, conforme a matéria.

20.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, para dirimir questões decorrentes deste edital, quando não solucionadas administrativamente.

Dois Vizinhos/PR, 18 de maio de 2026.

Dione Luiz da Silva

Autoridade Competente